



TEORIA DAS ZONAS MONETÁRIAS ÓPTIMAS: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA MOEDA ÚNICA NO QUADRO DA SADC

THEORY OF OPTIMAL MONETARY ZONES: AN ANALYSIS OF THE VIABILITY OF A SINGLE CURRENCY IN THE SADC FRAMEWORK

DOI: 10.5281/zenodo.14212214

Cristiano Manuel Domingos¹
Miguel Fernando²

RESUMO

Este artigo analisa a viabilidade da criação de uma moeda única no quadro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com foco nas implicações para Angola. A teoria das zonas monetárias óptimas, proposta por Robert Mundell (1961), é utilizada como referencial para avaliar os desafios e benefícios de uma integração monetária na região. A pesquisa destaca as assimetrias económicas entre os países da SADC, como a disparidade de taxas de inflação, a dependência de *commodities* e a falta de convergência fiscal e monetária, factores que dificultam a criação de uma moeda única. No contexto angolano, a dependência do petróleo e as vulnerabilidades fiscais associadas à instabilidade do preço do petróleo são identificadas como obstáculos significativos à integração monetária. O artigo propõe que Angola, para se beneficiar de uma moeda comum, deve implementar reformas estruturais, incluindo a estabilização da inflação, a modernização do sistema financeiro e a diversificação da economia, além de fortalecer a cooperação regional e criar mecanismos de ajuste fiscal para enfrentar choques assimétricos. Por fim, o estudo conclui que, embora existam desafios consideráveis, a integração monetária pode trazer vantagens para Angola e para a SADC como um todo, desde que acompanhada de estratégias de estabilização económica e uma abordagem gradual, com ênfase em reformas prévias e no fortalecimento da base económica.

Palavras-chaves: Integração monetária, Reformas económicas, Comércio regional, Estabilidade económica.

ABSTRACT

This article analyzes the feasibility of creating a single currency within the framework of the Southern African Development Community (SADC), focusing on the implications for Angola. The theory of

¹Economista | Formador da Bolsa de Formadores de Angola, certificado pelo CENNFOR | e-mail: cristiano.economista@hotmail.com | linkedin: @Cristiano Domingos

²Doutor em Ciências Económicas e Empresariais | Professor Catedrático na Universidade Agostinho Neto | Director-Geral da Escola Superior de Hotelaria e Turismo afecto a Universidade Agostinho Neto



optimal monetary zones, proposed by Robert Mundell (1961), is used as a reference to evaluate the challenges and benefits of monetary integration in the region. The research highlights the economic asymmetries between SADC countries, such as the disparity in inflation rates, dependence on commodities and the lack of fiscal and monetary convergence, factors that make it difficult to create a single currency. In the Angolan context, oil dependence and fiscal vulnerabilities associated with oil price instability are identified as significant obstacles to monetary integration. The article proposes that Angola, to benefit from a common currency, must implement structural reforms, including stabilizing inflation, modernizing the financial system and diversifying the economy, in addition to strengthening regional cooperation and creating fiscal adjustment mechanisms to address asymmetric shocks. Finally, the study concludes that, although there are considerable challenges, monetary integration can bring advantages to Angola and SADC as a whole, as long as it is accompanied by economic stabilization strategies and a gradual approach, with an emphasis on prior reforms and strengthening of the economic base.

Keywords: Monetary integration, Economic reforms, Regional trade, Economic stability.

Introdução

A integração regional tem sido uma meta central para os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), visando promover o crescimento económico, a estabilidade e a competitividade global. Um dos elementos mais ambiciosos desse processo é a possibilidade de criação de uma moeda única, que se insere em um quadro mais amplo de integração monetária e financeira. Inspirado em exemplos como a União Europeia, o debate sobre a viabilidade de uma moeda única na SADC ganha relevância, considerando as particularidades económicas e políticas da região.

A Teoria das Zonas Monetárias Óptimas (ZMO), desenvolvida por Robert Mundell em 1961, fornece um arcabouço analítico para avaliar se um grupo de países pode beneficiar-se de uma moeda comum. Segundo essa teoria, factores como mobilidade de mão-de-obra, integração comercial e simetria de choques económicos são determinantes para o sucesso de uma união monetária. No entanto, a aplicação prática da teoria em regiões como a SADC enfrenta desafios, dado o nível desigual de desenvolvimento económico, as disparidades nas



políticas fiscais e a dependência de *commodities* como o petróleo, especialmente no caso de Angola.

Este artigo busca analisar a viabilidade da criação de uma moeda única no âmbito da SADC sob a lente da Teoria das ZMO. O objectivo é compreender até que ponto os países da região atendem aos critérios da teoria e identificar os principais desafios e oportunidades envolvidos. Para tanto, a pesquisa considera aspectos teóricos, comparações com outras uniões monetárias e as especificidades económicas da SADC, com destaque para o papel de Angola nesse processo.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi estabelecida em 1992 com o objectivo de promover o desenvolvimento económico, a paz e a integração regional entre os seus 16 Estados-membros. A organização abrange países com características económicas, culturais e políticas diversas, incluindo grandes economias como a África do Sul e economias menores como o Lesoto e Essuatíni (SADC Secretariat, 2023).

Apesar do objectivo comum de integração, a SADC enfrenta desafios estruturais significativos. As disparidades económicas entre os membros são um dos principais entraves para o aprofundamento da integração. Por exemplo, a África do Sul responde por mais de 60% do PIB da região, enquanto países como Angola, Moçambique e Zâmbia permanecem altamente dependentes da exportação de *commodities*, como petróleo, gás natural e minerais (FMI, 2023).

Além disso, os níveis de integração comercial dentro da SADC são relativamente baixos em comparação com blocos como a União Europeia. Apenas cerca de 20% do comércio total dos países membros ocorre dentro da região, em contraste com mais de 60% na UE (Banco Mundial, 2023). Essa baixa integração é agravada pela infraestrutura limitada, barreiras não tarifárias e políticas comerciais divergentes.



A proposta de uma moeda única no âmbito da SADC traz à tona os desafios impostos pelas diferenças estruturais e políticas entre os países. Angola, por exemplo, enfrenta flutuações na receita devido à dependência do petróleo, enquanto a Tanzânia e Moçambique têm economias mais diversificadas, mas enfrentam desafios na estabilização fiscal. Esses factores resultam em uma capacidade desigual para responder a choques económicos, um critério essencial para a Teoria das Zonas Monetárias Ótimas (Mundell, 1961).

Por outro lado, a criação de uma moeda única na SADC também apresenta oportunidades. A eliminação de custos cambiais e a maior estabilidade monetária poderiam fomentar o comércio intra-regional e atrair investimentos estrangeiros. A experiência da União Europeia demonstra que, embora desafiadora, a integração monetária pode trazer benefícios económicos e políticos substanciais (De Grauwe, 2018).

Neste contexto, Angola desempenha um papel estratégico no debate sobre a moeda única. Como uma das maiores economias da SADC, com vastos recursos naturais, o país tem o potencial de influenciar significativamente a viabilidade e o sucesso de uma integração monetária regional. No entanto, a sua dependência de *commodities* e o sistema financeiro relativamente jovem apresentam obstáculos a serem superados.

1. Fundamentos teóricos: teoria das zonas monetárias ótimas

A teoria das Zonas Monetárias Ótimas (Optimal Currency Areas, OCA), é uma estrutura analítica usada para avaliar a viabilidade de diferentes regiões ou países adotarem uma moeda única ou formarem uma união monetária. A teoria foi desenvolvida principalmente por Robert Mundell, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1999 por seu trabalho neste campo.

A Teoria das Zonas Monetárias Ótimas fornece critérios claros para avaliar a viabilidade de uma união monetária, destacando tanto os benefícios quanto os desafios, especialmente em termos de gestão de choques assimétricos e coordenação política e fiscal.



Segundo McKinnon (1963), a teoria analisa se os benefícios de uma moeda comum superam os custos associados à perda de autonomia na política monetária e fornece uma estrutura valiosa para avaliar a viabilidade e os desafios de formar uniões monetárias. Embora ofereça critérios claros para determinar se diferentes regiões devem adotar uma moeda comum, a aplicação prática da teoria revela desafios significativos, especialmente em termos de gestão de choques económicos assimétricos e a necessidade de coordenação política e fiscal.

O objectivo principal da teoria é determinar as condições sob as quais diferentes regiões podem beneficiar-se mais ao adotar uma moeda comum em vez de manter moedas separadas. A teoria identifica vários critérios que determinam se um grupo de países ou regiões forma uma zona monetária óptima. Esses critérios visam minimizar os custos e maximizar os benefícios de uma união monetária. Os principais critérios da teoria incluem:

Critérios de Mundell

1. Mobilidade de factores de produção

- Trabalho e Capital: a mobilidade da mão-de-obra e do capital é essencial para que choques económicos assimétricos sejam compensados por movimentos inter-regionais. Em uma zona monetária óptima, os trabalhadores podem migrar facilmente de regiões afectadas negativamente por choques para outras onde haja maior demanda por trabalho (Mundell, 1961).
- Exemplo: Se uma região enfrenta uma recessão, trabalhadores e capital podem se mover para regiões com melhores oportunidades, mitigando o impacto.

2. Abertura e integração comercial

- Comércio Inter-regional: Elevados níveis de comércio entre as regiões reduzem os custos de transação associados à utilização de diferentes moedas, isto é, torna mais



vantajosa a eliminação de custos de transação e volatilidade cambial (McKinnon, 1963).

- Exemplo: Regiões que comerciam intensamente entre si beneficiariam mais de uma moeda comum, eliminando a necessidade de conversão cambial.

3. Diversificação de produção

- Variedade de Produtos: Economias diversificadas estão menos vulneráveis a choques específicos de sectores e, portanto, estão mais aptas a compartilhar uma moeda. Países que compartilham uma moeda devem enfrentar choques económicos de maneira semelhante para evitar desequilíbrios regionais. Se os choques forem assimétricos, a ausência de políticas monetárias independentes pode dificultar a recuperação económica (Kenen, 1969).
- Exemplo: Regiões que produzem uma ampla gama de bens e serviços podem suportar melhor os impactos económicos e reduzir a necessidade de ajustes cambiais.

4. Sistemas fiscais e transferências

- Política Fiscal Centralizada: A existência de um sistema fiscal centralizado que permite transferências fiscais entre regiões pode ajudar a amortecer choques assimétricos, isto é, para compensar as áreas mais afectadas por choques adversos (Bayoumi & Eichengreen, 1997).
- Exemplo: Transferências fiscais podem ser usadas para apoiar regiões em dificuldades económicas, semelhante ao que acontece em países com políticas fiscais centralizadas.

5. Homogeneidade de preferências

- Políticas Económicas: Regiões com preferências políticas e económicas semelhantes estão mais aptas a aceitar uma política monetária comum, desta feita, os países



participantes devem alinhar-se em termos de políticas económicas, fiscais e monetárias para que a união seja sustentável (Mundell, 1961).

- Exemplo: Se todas as regiões têm preferências semelhantes em relação à inflação e ao crescimento económico, será mais fácil implementar políticas monetárias consensuais.

6. Estabilidade política:

- Governança e Instituições: Regiões com estabilidade política e instituições sólidas são mais capazes de suportar uma união monetária.
- Exemplo: A estabilidade política ajuda a manter a confiança na moeda comum e nas políticas económicas coordenadas.

Embora a teoria ofereça uma base analítica sólida, sua aplicação em economias emergentes, como as da SADC, enfrenta desafios específicos. A integração comercial limitada, a baixa mobilidade de mão-de-obra e as disparidades fiscais e económicas entre os países dificultam o cumprimento dos critérios de ZMO (FMI, 2023).

No caso da SADC, factores como a dependência de *commodities*, choques assimétricos e diferenças nos sistemas fiscais tornam a análise ainda mais complexa. No entanto, o potencial de benefícios, como a estabilidade monetária e a facilitação do comércio, mantém a ideia de uma moeda única como um objectivo atractivo para a região (SADC Secretariat, 2023).

Vantagens de uma ZMO

- Eliminação dos custos de transação: ao utilizar uma moeda única, as regiões ou países dentro da ZMO evitam os custos de transação associados à troca de moedas.
- Estabilidade monetária: uma moeda única pode proporcionar estabilidade monetária, reduzindo a incerteza cambial e promovendo o comércio e o investimento.

Limitações de uma ZMO



- Perda de autonomia na política monetária: regiões não podem usar a política monetária individualmente;
- Complexidade e dinâmica: as economias são dinâmicas, e a teoria pode simplificar demasiadamente a complexidade das relações económicas e políticas entre regiões;
- Choques assimétricos: a teoria assume que os choques económicos podem ser geridos através dos critérios estabelecidos, mas, na prática, os choques assimétricos podem ser mais difíceis de mitigar.

2. Viabilidade de uma moeda única no quadro da SADC, a que Angola pertence

A criação de uma moeda única na SADC, da qual Angola é membro, é um tema complexo que envolve considerações económicas, políticas e sociais, e enfrenta obstáculos consideráveis devido às disparidades económicas, à falta de mobilidade do trabalho e capital, à ausência de integração fiscal, e à dificuldade em coordenar políticas económicas entre os países membros. No curto e médio prazo, parece improvável que uma moeda única seja viável ou desejável para a SADC, especialmente para países como Angola, que dependem de políticas monetárias e cambiais específicas para gerenciar suas economias. Vamos analisar os principais factores que influenciam a viabilidade dessa ideia repartidas em desafio e oportunidades:

Desafios

i. Divergências económicas entre os países membros

Os países da SADC apresentam níveis de desenvolvimento económico muito distintos, com diferenças significativas em termos de PIB per capita, estrutura económica, inflação, políticas fiscais, e níveis de endividamento. Por exemplo:

- África do Sul: A maior economia da SADC, com um sector industrial robusto e uma moeda relativamente estável (rand).



- Angola: Fortemente dependente do petróleo, com uma economia vulnerável a flutuações nos preços dessa *commodity*.
- Zimbábue: Enfrenta desafios económicos severos, incluindo uma crise cambial e hiperinflação.

Essa heterogeneidade pode tornar difícil a aplicação de políticas monetárias unificadas que atendam a todos os membros (Mundell, 1961; FMI, 2023).

ii. Mobilidade de trabalho e capital

Para que uma zona monetária seja eficiente, é necessário que haja alta mobilidade de trabalho e capital entre os países membros. Na SADC, a mobilidade do trabalho é limitada devido a barreiras linguísticas, culturais, e de infraestrutura. Isso reduz a capacidade de absorção de choques regionais e dificulta a convergência económica.

iii. Integração fiscal

A ausência de uma integração fiscal profunda e a alta variabilidade nas taxas de inflação na SADC é outro obstáculo. A capacidade de redistribuir recursos entre países em uma união monetária é crucial para lidar com choques económicos assimétricos. Além disso, muitos países enfrentam déficits fiscais elevados e dependência de empréstimos externos, o que pode gerar instabilidade financeira em uma união monetária (De Grauwe, 2018).

iv. Coordenação de políticas económicas

A criação de uma moeda única exigiria uma coordenação muito próxima das políticas económicas, incluindo a política monetária, fiscal e cambial. No entanto, os países da SADC têm prioridades e objectivos económicos diferentes, o que pode dificultar a harmonização dessas políticas.



v. **Infraestrutura Comercial Limitada**

A fraca integração comercial, com apenas 20% do comércio ocorrendo dentro da região, limita os benefícios potenciais de uma moeda única. Para que uma união monetária seja eficaz, é necessário aumentar significativamente a conectividade e as trocas comerciais intra-regionais (Banco Mundial, 2023).

Oportunidades

i. Redução de custos de transação

A eliminação de taxas cambiais e a simplificação das transações financeiras podem impulsionar o comércio intra-regional. Isso é particularmente relevante para países como Moçambique e Tanzânia, que compartilham fronteiras com vários Estados-membros.

ii. Maior estabilidade monetária

Uma moeda única poderia reduzir a volatilidade cambial, particularmente para países com moedas historicamente instáveis, como Angola e Zimbábue. Isso atrairia mais investimentos directos estrangeiros, ao oferecer maior previsibilidade para os investidores.

iii. Fortalecimento da integração política e económica

A união monetária pode servir como catalisador para maior cooperação política e económica, seguindo o exemplo da União Europeia. Além disso, a integração pode aumentar o poder de barganha da SADC em negociações comerciais globais.

iv. Diversificação Económica Regional

A adopção de uma moeda única pode estimular políticas de desenvolvimento voltadas para a diversificação económica, reduzindo a dependência de *commodities* e promovendo sectores como agricultura e manufactura.



Embora as oportunidades sejam promissoras, os desafios estruturais exigem reformas abrangentes antes que uma moeda única possa ser considerada viável. A experiência de outros blocos económicos, como a União Europeia, demonstra que a convergência económica e política é um pré-requisito essencial para o sucesso de uma união monetária.

3. Impactos para Angola e possíveis soluções

A posição de Angola dentro da SADC é marcada por sua economia rica em recursos naturais, mas vulnerável a choques externos. A possível adopção de uma moeda única no bloco regional apresenta implicações específicas para o país, tanto em termos de desafios quanto de oportunidades.

Impactos

i. Dependência de *commodities* e volatilidade fiscal

Angola depende fortemente da exportação de petróleo, que representa cerca de 90% de suas receitas de exportação e mais de 50% de sua receita fiscal (FMI, 2023). Essa dependência cria volatilidade fiscal, dificultando o cumprimento de critérios de estabilidade económica exigidos para uma união monetária. Em um cenário de moeda única, a ausência de uma política monetária independente poderia limitar a capacidade de resposta do país a choques no mercado de petróleo.

ii. Divergências em taxas de inflação

Angola apresenta taxas de inflação historicamente elevadas, em comparação com outros países da SADC. A harmonização monetária exigiria esforços significativos para reduzir a inflação e estabilizar os preços, o que poderia gerar custos sociais no curto prazo.



iii. Fragilidade do sistema financeiro

O sistema financeiro angolano é relativamente jovem e enfrenta desafios relacionados à regulação e à inclusão financeira. A integração monetária poderia aumentar a competição bancária e pressionar as instituições financeiras locais a se adaptarem rapidamente.

iv. Potenciais benefícios comerciais e de investimento

Por outro lado, a adoção de uma moeda única poderia facilitar o comércio intra-regional e atrair mais investimentos estrangeiros directos, reduzindo custos cambiais e melhorando a estabilidade financeira. Para Angola, isso seria particularmente benéfico para diversificar sua economia e integrar cadeias de valor regionais.

Soluções

i. Diversificação económica

A redução da dependência do petróleo é fundamental para aumentar a resiliência económica. Investir em sectores como agricultura, indústria e turismo pode criar uma base económica mais estável e menos vulnerável a choques externos.

ii. Reformas monetárias e fiscais

Angola deve implementar políticas monetárias que reduzam a inflação e estabilizem o kwanza antes de qualquer integração monetária. No campo fiscal, a melhora na gestão das receitas públicas e na transparência orçamentária fortaleceria a confiança no país.

iii. Aprimoramento do sistema financeiro

Regulamentações mais robustas, aumento da inclusão financeira e modernização das infraestruturas bancárias são medidas necessárias para preparar o sistema financeiro angolano para uma integração monetária.



iv. Desenvolvimento de mecanismos de ajuste

Angola e os países da SADC devem criar um fundo de estabilização ou mecanismos de transferência fiscal para ajudar as economias mais vulneráveis a enfrentar choques assimétricos. Esse tipo de mecanismo foi bem-sucedido em outros blocos, como na União Europeia (De Grauwe, 2018).

v. Fortalecimento da cooperação regional

Antes de avançar para a integração monetária, Angola pode priorizar a cooperação comercial e o desenvolvimento de infraestrutura regional. A melhoria das redes de transporte e energia, por exemplo, estimularia o comércio intra-regional e promoveria a convergência econômica.

Para Angola, a introdução de uma moeda única teria impactos significativos. Como um país dependente do petróleo, Angola usa sua política cambial e monetária para gerenciar os efeitos das flutuações dos preços do petróleo. Uma moeda única removeria essa flexibilidade, o que poderia ser prejudicial em períodos de baixa nos preços do petróleo.

Apesar das dificuldades, Angola pode tirar proveito das oportunidades de uma moeda única se implementar reformas econômicas e políticas estruturais. Essas mudanças não apenas preparariam o país para uma eventual união monetária, mas também fortaleceriam sua economia no curto prazo.

Conclusões

A criação de uma moeda única na SADC representa uma proposta ambiciosa que visa consolidar a integração econômica e política na região. No entanto, a viabilidade dessa iniciativa dependerá de vários fatores, incluindo a convergência econômica entre os países membros, a implementação de reformas estruturais e a capacidade de lidar com os desafios associados à diversidade das economias regionais.



Desafios significativos, como a assimetria de choques económicos, a baixa mobilidade de factores de produção e as diferenças nas políticas fiscais e monetárias, precisam ser abordados antes que a adopção de uma moeda única seja considerada viável. Além disso, a fragilidade de algumas economias, como Angola, em relação a choques externos e a instabilidade das suas moedas, exige uma preparação cuidadosa.

No caso específico de Angola, a dependência de *commodities* e a volatilidade fiscal são factores determinantes que exigem uma forte estratégia de diversificação económica e a implementação de reformas fiscais e monetárias para garantir estabilidade interna antes da integração monetária. Embora o país enfrente desafios significativos, a criação de uma moeda única também oferece oportunidades de crescimento, como a redução de custos de transação no comércio intra-regional, a atracção de investimentos estrangeiros e o fortalecimento da estabilidade financeira.

A solução para Angola passa por uma preparação estratégica, que inclui a redução da inflação, a reforma do sistema financeiro e o aprimoramento das políticas fiscais. Além disso, o país pode tirar proveito de uma maior cooperação regional e da implementação de mecanismos de ajuste fiscal para ajudar a mitigar os impactos de choques assimétricos. A construção de uma base económica diversificada e resiliente será crucial para garantir que a integração monetária não apenas traga benefícios no longo prazo, mas também forneça estabilidade para o desenvolvimento sustentável.

A integração monetária na SADC, embora desafiadora, oferece um caminho para o fortalecimento da região e para a criação de uma base económica mais robusta e interconectada. Contudo, a sua implementação exigirá um compromisso conjunto dos países membros, incluindo Angola, para superar as disparidades económicas e políticas e criar um ambiente de estabilidade que favoreça o crescimento e o desenvolvimento regional.



Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. (2023). *Africa Pulse: Economic Growth Trends in Sub-Saharan Africa*.

BAYOUMI, T., & Eichengreen, B. (1997). "Ever Closer to Heaven? An Optimum Currency Area Index for European Countries." *European Economic Review*, 41(3-5), 761-770.

DE GRAUWE, P. (2018). *Economics of Monetary Union*. Oxford University Press.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). (2023). *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*.

KENEN, P. B. (1969). "The Theory of Optimum Currency Areas: An Eclectic View." In *Monetary Problems of the International Economy* (eds. Mundell & Swoboda). University of Chicago Press.

MCKINNON, R. I. (1963). "Optimum Currency Areas." *The American Economic Review*, 53(4), 717-725.

MUNDELL, R. A. (1961). "A Theory of Optimum Currency Areas." *The American Economic Review*, 51(4), 657-665.

SADC SECRETARIAT. (2023). *Annual Report on Regional Integration*.

Recebido em: 07/09/2024

Aprovado em: 11/10/2024

Publicado em: 24/11/2024